



Manipulação eletrônica sobre fotos de Ronaldo Bernardi e Antônio Pacheco



Ao acreditar o contrário, o movimento popular organizado acabou apoiando a causa dos PMs gaúchos, ...

Militar não é militante



... que só brigavam por melhores salários e nunca pensaram em união com a CUT e o MST. Lutas, só as antigas

DUPLA FACE

Manifesto contra
coleccionável de Zero Hora
gera debate sobre crer ou
não crer em Astrologia

Pág. 4

A NOVA CUT

Vicente do Sul radicaliza
discurso da Central dos
Pampas e diz que não
negocia com neoliberais

Pág. 5

CASA DO POVO

Invasão transforma
protesto de sindicalistas
em tumultuado pernoite
no plenário da Assembléia

Pág. 9

ENTREVISTA

Sem organização, não há
solução, diz João Pedro
Stédile, o Golbery do
Movimento dos Sem-Terra

Pág. 12

Participação e Representação

Um dos fenômenos que mais tem chamado a atenção dos que militam no movimento docente é a diminuição crescente da participação dos professores em todas as atividades de nossa Adufrgs. As assembleias gerais, especial-mente, têm contado com um número cada vez menor de docentes, contrariamente a períodos anteriores em que havia uma mobilização considerável, mesmo em situações normais, não vinculadas a movimentos grevistas.

As causas deste fenômeno devem ser devidamente examinadas, mas certamente não se esgotam na apatia geral que se constata também em outros segmentos da sociedade. Numa perspectiva mais ampla, constata-se um certo desencanto e falta de motivação e até de alternativas diante da escalada organizada contra o Estado e de tudo quanto este representava para a manutenção de algumas conquistas feitas pela classe média, onde certamente nos incluímos.

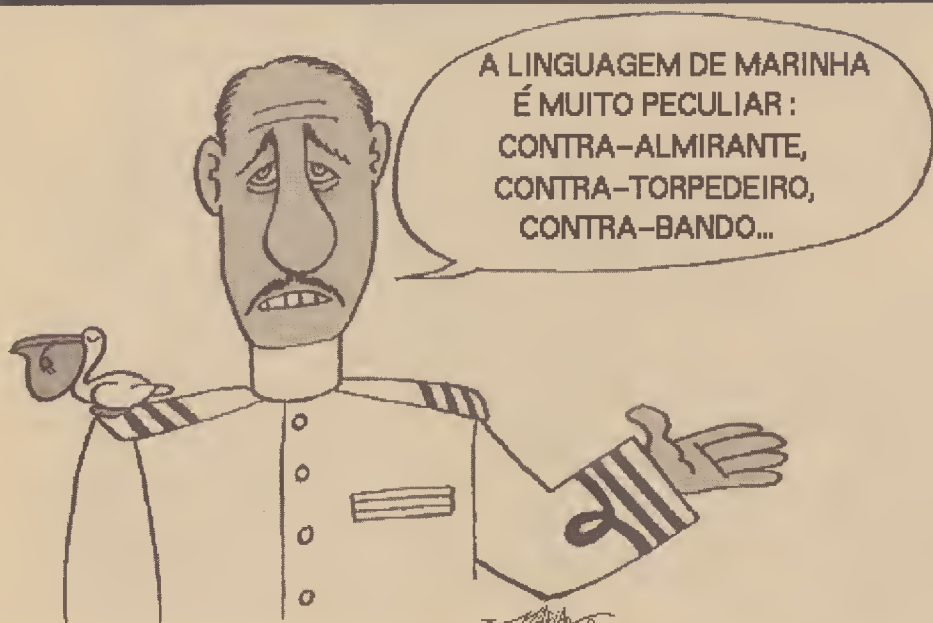
No que se refere particularmente ao serviço público e aos seus agentes, parece ter surtido efeito o propósito governamental de difundir a versão de que se tratam dos principais responsáveis pelo caótico estado financeiro da Nação. A chamada grande imprensa, ao insistir nesta tese, nos colocou a

todos numa atitude defensiva cujos efeitos ainda perduram apesar dos longos meses decorridos sem qualquer reposição salarial. Outro fator a influenciar nesta escassa participação docente deve ser creditado à monolítica atuação governamental em defesa de seus propósitos, recusando-se a qualquer tipo de diálogo que envolva o que possa significar, a seu entender, "concessões".

Nesta perspectiva, o próprio diálogo, tão necessário para uma ampliação das discussões em torno de nossas reivindicações, tem se tornado cada vez mais difícil, como também se torna difícil a representação desses anseios diante de outras instâncias. Até mesmo o papel desta representação, em limites mais extremos, poderá vir a ser questionado, na medida em que não refletir autenticamente o conjunto de nossa categoria.

Trata-se de questão bastante complexa e preocupante especialmente para os que detêm, hoje, a responsabilidade pela direção de uma entidade que sempre foi tão importante na representação dos professores da Ufrgs, a ponto de muitas vezes se confundir com a própria instituição. O assunto merece uma profunda reflexão de todos quantos têm interesse pela sobrevivência da categoria.

ad nauseam



Mariano/Internet

OBSERVATÓRIO

Ciência e Tecnologia tem Frente

Belo Horizonte – No dia 17 de julho, foi lançada oficialmente na capital mineira a Frente Parlamentar em Defesa da Ciência e Tecnologia. O ato aconteceu durante um almoço da 49ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e contou com a participação de cerca de 250 pessoas. Entre elas, o coordenador nacional da Frente, deputado federal Ivan Valente (PT-SP), o presidente da SBPC, professor Sérgio Ferreira, e o ex-

presidente do CNPq, Crodowaldo Pavan. A Adufrgs estava representada pelos professores Lúcio Hagemann e Jorge Ducati. "Este lançamento busca consolidar, dentro dos poderes Legislativo e Judiciário, a criação de uma política nacional de Ciência e Tecnologia", observou Hagemann. Na oportunidade, os gaúchos comunicaram a Valente que até o final do ano o Rio Grande do Sul terá sua Frente Parlamentar Estadual instalada.

Dia de Luta reúne 500 pessoas na Capital Federal

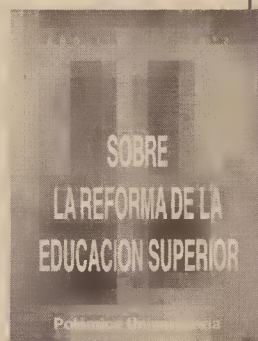
Brasília – Apenas 500 pessoas participaram do Dia Nacional de Luta na Capital Federal. Promovida pela CUT, entidades do movimento sindical e social e partidos de esquerda em 25 de julho, a manifestação contra as políticas e reformas do governo Fernando Henrique Cardoso aconteceu em frente à Rodoviária do Plano Piloto. Para a presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições

de Ensino Superior (Andes-SN), Maria Cristina de Moraes, mobilizações pequenas também são necessárias porque preparam para algo maior. Segundo a presidente, o Andes-SN vai encaminhar proposta de greve geral para o final do ano dentro do 6º Congresso Nacional da CUT (Concut), que vai acontecer em São Paulo, de 13 a 17 de agosto. "O momento é agora", destacou Moraes.

Mercosul acadêmico

Porto Alegre – A Adufrgs está estabelecendo contatos para criar uma rede de intercâmbio com professores universitários do Cone-Sul. O primeiro passo foi dado em reunião na sede da entidade com a professora Madelón Casas, representante da Asociación de Docentes da Universidad de la República (ADUR), única universidade pública no Uruguai. Contatos com professores de outras universidades do Mercosul possibilitarão a troca de experiências em questões comuns, como salários, autonomia

universitária, carreira e movimento docente. Madelón deixou alguns exemplares de publicações da ADUR, como a revista Polêmica Universitária, que em sua terceira edição aborda o tema reforma da educação superior, assunto em pauta nas discussões no Brasil



Adverso de cara nova para não poluir o ambiente

Esta é a segunda edição do Adverso em papel não branqueado. Logo, todo o material de expediente da Adufrgs passará a utilizar o papel Ecograf. Mais do que motivos estéticos, a iniciativa insere-se em alternativa ao papel comumente utilizado, branqueado a cloro e poluente ao meio-ambiente. A produção de celulose e papel branco, usando cloro, produz dioxina,

considerada o composto químico mais violento gerado pelo ser humano. É uma substância cumulativa, letal em quantidades ínfimas, cancerígena e teratogênica, que aniquila com o sistema imunológico das pessoas. Uma variante das dioxinas, formada por mais de 200 agentes, foi a mais terrível arma da guerra química utilizada pelos americanos no Vietnã.

Erramos

Na última edição do Adverso, um erro de digitação alterou o posicionamento da direção da entidade expressa no editorial. Na quinta linha do último parágrafo (página 2), foi publicada a palavra *infelizmente*, quando o certo seria *felizmente*. Portanto, a sentença correta é: "Sem cairmos em ilusões sobre a natureza de muitos

interesses que lamentavelmente dão provas de seu peso no Congresso, é nossa obrigação sermos realistas frente ao fato de que (felizmente!) grande número de congressistas honra seus mandatos, independentemente do partido ao qual se filiem".

Editora da Universidade agora na Internet

Catálogo atualizado de livros no endereço <http://www.ufrgs.br/editora>

ADufrgs

Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Seção Sindical da ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS.
CEP: 90050-120 Tel: (051) 226.27.19 e 316.34.95 FAX: (051) 226.1860
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

DIRETORIA

Presidente: Renato de Oliveira; **1º Vice-Presidente:** Carlos Schmidt; **2º Vice-Presidente:** Lúcio Hagemann; **1º Secretário:** Eloína Prati dos Santos; **2º Secretário:** Jorge Ducati; **1º Tesoureiro:** Mário Brauner; **2º Tesoureiro:** João Vicente Silva Souza; **1º Suplente:** Benedito Tadeu César; **2º Suplente:** Ricardo Jacobi.

ADVERSO

Publicação quinzenal da Adufrgs
Tiragem: 3.500 exemplares
Edição: Silvanio Mariani
Reportagem: James Görden
Estagiárias: Adriene Trinca e Fabrícia Osanai
Capa: Gilmar Fraga



México em transe

Ignacio Sosa

Pesquisador, professor da Universidad Nacional Autonoma de México

Pergunta - A vitória de Cuauhtémoc Cárdenas representa mudanças efetivas na política mexicana, ou o velho PRI vai estar representado sob nova roupagem?

Resposta – Estamos vivendo um momento privilegiado. As eleições foram realmente livres, é a primeira vez que o governo não as controla. Nunca, repito, aconteceu de o Instituto Eleitoral não pertencer a alguma secretaria do governo. Então podemos dizer que é a primeira vez que tivemos um resultado fidedigno das aspirações da sociedade. Cárdenas venceu com 48% do eleitorado. O que se tentou fazer no governo de Salinas de Gortari, de fazer um bipartidarismo no México com o PRI-PAM, se rompeu. Agora, o PRD aparece como grande força emergente. Cárdenas enfatizou em sua campanha que faria um plebiscito para converter o Distrito Federal no 32º estado da República. Isso possibilitará aplicar melhor os recursos, e certamente implicará numa reorganização política que mudará radicalmente o espectro do que é agora. A linguagem de campanha de Cárdenas foi muito tranqüila, conscientizadora, ele é filho do general que nacionalizou muitas indústrias no México, por isso tem uma herança muito grande pela defesa do nacionalismo, pela soberania nacional. Quando foi governador de Tixuacan, ele municipalizou o transporte público e moralizou as forças policiais, fez uma campanha de austeridade na administração pública. Sua prioridade é a educação, que pretende implantar de forma gratuita até a universidade.

P - E as eleições para governador, câmara e senado?

R - As eleições nacionais tiveram um espectro distinto. O PAM ganhou na região de Monterey, que é a principal cidade do

ponto de vista industrial. O PAM teve todo o corredor norte do país, fronteiro aos EUA. Agora, no México tem um ditado: "O norte trabalha, o centro faz política, e o sul se diverte". Não há dúvida de que os votos dados ao PRI vêm dos setores mais atrasados e da população mais marginalizada. Estou falando em camponeses, porque os indígenas, seguindo orientação do exército zapatista se abstiveram de votar.

P – Como o México, de tradição revolucionária e onde ocorreu a primeira revolução popular deste século, se tornou um defensor das políticas econômicas ditas neoliberais?

R – Na verdade, o neoliberalismo no México significa seguir o "American Way of Life". O México está comprometido com o Nafta, mas é importante separar o que se prometeu com o tratado e o que de fato aconteceu. O tratado é muito desigual, porque os EUA tem protegido absolutamente tudo que é do seu interesse. É um tratado muito assimétrico, e diga-se, é um tratado, não um acordo. Um acordo não pode ser rompido a qualquer momento, mas um tratado sim. Isso entre um país forte e outro débil tem muitos significados. As mercadorias norte-americanas invadiram o mercado mexicano e aos poucos foram desaparecendo os produtos locais. E tem que ser salientado que o mercado é livre para a movimentação, mas para o trabalho, por exemplo, não. Isso sequer foi discutido. No México, há uma verticalidade absoluta nas questões políticas salariais, porque a cúpula sindical se reúne com os trabalhadores e define um pacto salarial. Por isso, considero que a questão do neoliberalismo é política, e por isso a resposta deve ser, também, política. A universidade e os intelectuais têm que estar atentos e alertar a população, e os políticos devem colocar esse temas em suas agendas.



Crise no judiciário trabalhista

Rogério Viola
Advogado

Pergunta – Qual o motivo de campanha levada por juristas em todo o país denunciando uma crise no sistema judiciário?

Resposta – Estamos realizando uma campanha de denúncia a organismos internacionais, aos trabalhadores e à sociedade em geral devido ao verdadeiro atentado aos direitos fundamentais dos trabalhadores que é levado a cabo pelo judiciário trabalhista. O que se está fazendo, em resumo, consiste em decretar o fim do próprio sistema de segurança jurídica. Os trabalhadores que tiveram perdas devido aos sucessivos planos econômicos recorreram ao judiciário para recuperar essas perdas. Avalia-se que foram centenas de milhares de ações, envolvendo milhões de trabalhadores. Estas ações foram analisadas pelos tribunais, reconhecendo o direito de reparação salarial aos trabalhadores, como os referentes ao Plano Bresser (26,06%) e Plano Verão (26,05% - URP/89). As decisões foram definitivas, isto é, no termo técnico, a ação já fez coisa julgada. Eram passivos esses entendimentos. Ou seja, os trabalhadores recorreram ao Estado para dirimir uma controvérsia sobre a existência de um direito e tiveram a confirmação definitiva desses direitos. Mas o STF passou a examinar a matéria e definiu que não existe direito adquirido. A seguir, o Supremo Tribunal de Justiça, a partir da decisão do STF, entendeu que é necessário rever essas ações já julgadas. Essa campanha de denúncia visa mostrar à sociedade brasileira e a organismos internacionais de direitos humanos o que está acontecendo e os graves perigos à segurança jurídica dos trabalhadores.

P – Que efeito tem isso para o sistema jurídico de dissolução de conflitos?

R – Essa disposição do TST, de acolher as chamadas ações rescisórias, implica em dizer que as decisões definitivas não

eram definitivas porque existe agora outra interpretação da matéria e que, portanto, os tribunais estão obrigados a se retratar. Tradicionalmente, o poder de um tribunal decidir sobre uma determinada matéria se esgota no momento da decisão sobre aquela matéria. É o chamado princípio da irretratabilidade da decisão judicial. Agora, isso não está muito claro. Centenas de milhares de processos que já foram julgados podem ser julgados novamente. Isso instaura uma irracionalidade, pois o judiciário, que já está abarrotado e insolvente, vai ficar mais ainda insolvente. Ou seja, os tribunais podem ter que ficar sempre dispostos a retratarem-se, criando tribunais volúveis. Será que é esse o sistema de dissolução de conflitos que nós temos? Se for assim, que racionalidade tem o Direito? Um tribunal que se retrata abusa de seu poder, e por quê? Para ficar em conformidade com as emanções de tribunais superiores.

P – Como o cidadão se vê diante desse poder do Estado?

R – Ele se vê diante de uma instituição que deveria ter firmeza nas suas decisões, firmeza na definição das garantias e direitos, mas verifica que está diante de um poder volúvel. Para o cidadão fica claro que o Estado não é firme em suas decisões, na medida em que está sempre disposto a retratar-se. O cidadão tem que se preparar até para perder direitos que o próprio judiciário reconheceu como um direito. Estamos diante de uma crise ética, inclusive, porque em 1991 o TST decidiu pagar reajustes aos seus servidores e aos próprios ministros. A decisão teve efeito instantâneo, contrastando com a situação de milhões de trabalhadores que precisam passar por várias instâncias para ter um direito reconhecido pela justiça. E essa decisão do TST não está sendo desconsiderada, como se pretende fazer com os demais trabalhadores do país.

Brasílianas

Súmula vinculante vai a votação no Senado até o final de agosto

Na última semana da convocação extraordinária do Congresso Nacional, o Senado aprovou, dia 23 de julho, em primeiro turno proposta de emenda constitucional estabelecendo o efeito vinculante de decisões do Supremo Tribunal Federal para todo o Poder Judiciário e a administração pública, direta e indireta.

A votação da emenda, em segundo turno, está prevista para a última quinzena de agosto, e depois de aprovada ela será remetida ao exame da Câmara dos Deputados. O plenário resolveu que uma decisão do Supremo só terá efeito vinculante se for aprovada por maioria de dois terços, e quando houver manifestação expressa do tribunal nesse sentido.

Tecnologia no campo

Em sessão deliberativa extraordinária, o Senado aprovou quatro projetos de resolução, entre eles o que autoriza a União a contrair empréstimo externo junto ao Banco Mundial (Bird), no valor de US\$ 60 milhões, destinado ao financiamento parcial do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Tecnologia Agropecuária, a ser executado pelo Ministério da Agricultura e pela Embrapa.

Orelator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), afirmou que "o projeto vem atender à necessidade de desenvolvimento tecnológico da atividade agropecuária, condição básica de sobrevivência na conjuntura atual, de queda de barreiras alfandegárias e de constituição de mercados globais dos produtos do setor".

Incorporação de votos

O plenário do Senado aprovou requerimento apresentado pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN) e pelo PT, enviando à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recurso sobre a decisão da CPI dos Precatórios que modificou o relatório do senador Roberto Requião (PMDB-PR) mediante a incorporação de votos em separado.

Ao anunciar a decisão do plenário, Antônio Carlos Magalhães disse que a CPI dos Precatórios aguardará a decisão da CCJ, quando, então, terá 48 horas para reunir-se a fim de atender à recomendação daquela comissão. Se acatar o recurso de Geraldo Melo e do PT, a CCJ decidirá que o relatório de Requião foi aprovado com votos em anexo. Se rejeitar o recurso, terá entendido que o relatório incorporou os votos em separado.

Aposentados

Relatório mantém paridade

Depois de muitas batalhas, governo e oposição firmaram um acordo para manter a paridade de vencimentos e correção entre ativos e inativos do serviço público. No relatório apresentado pelo senador Beni Veras, três artigos asseguram este benefício a aposentados e funcionários que venham a se aposentar até a promulgação da emenda nº 33. O parecer foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e publicado em 31 de julho. Para os futuros aposentados, a paridade foi mantida aos que recebem até R\$ 1,2 mil. Para os demais, a correção foi limitada a 70% do reajuste dado à categoria. "Houve um ganho em relação à manutenção da paridade", analisa o professor Lúcio Hagemann, que participou da reunião do GT-ANDES da Encargatura de Assuntos de Docentes Aposentados.

O encontro aconteceu em Brasília nos dias 29 e 30 de julho. Na oportunidade também foi discutida a pauta do 5º Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria, que será realizado em 28 e 29 de agosto. Entre outras questões, será discutido o Orçamento das Universidades e a Manutenção dos Aposentados nas Instituições de Ensino Superior; a Ameaça de quebras da paridade e as propostas de aposentadoria complementar; a participação dos professores aposentados no trabalho institucional (processos de normatização), nas instâncias colegiadas, acadêmicas e administrativas das IES.

Astrologia, confusão mental

Jorge R. Ducati – Prof. do Departamento de Astronomia da Ufrgs

O crescimento do número de pessoas interessadas em Astrologia, observado atualmente, é um dos indicadores mais claros da decadência do nível geral de educação, e de perda de confiança nas estruturas sociais. Igualmente, a divulgação dada a esta pseudociência por boa parte da imprensa vai a par com a deliberada divulgação, pela mesma imprensa, de toda sorte de sandices de cunho ideológico, político ou econômico, muitas vezes com o objetivo deliberado de desinformar. Nada melhor que uma população desinformada, para não incomodar o governo.

A desinformação, ou no sentido amplo, a ignorância, são responsáveis pela idéia de que a Astrologia é uma crença, e que sob este aspecto alguma consideração de liberdade religiosa ou assemelhada é cabível. Esta tese é precisamente aquela que serviu de pretexto ou verniz ético ao jornal

Zero Hora, na promoção comercial "Enciclopédia do Sol e da Lua". No entanto, é fácil distinguir entre religião e credência. Vejamos: a existência de Deus é fundamental para a religião; mas não se pode provar que Deus existe, nem que não existe. Existe aqui, para as pessoas religiosas, uma questão de fé, que dispensa prova. De fato, se fosse provado que Deus existe, não haveria necessidade de religiões, pois só um insensato seria ateu. Com base no fenômeno humano da fé, as religiões existem há milênios.

Mas a proposta da Astrologia não se baseia em mistérios metafísicos; ao contrário, se aventura em domínios onde o teste e a verificação podem prosaicamente ser aplicados. É onde ocorre o desastre: recursivamente, toda e qualquer afirmação ou princípio astrológico tem sido testada, verificando-se sua inconsistência, e fracasso na sua própria

proposta de produzir algum resultado coerente. Afentra a lamentável ignorância: só os desconhe-

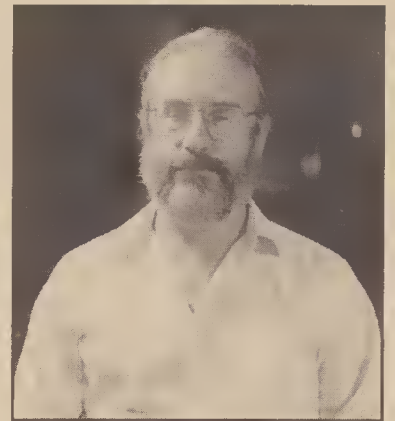
"A desinformação e a ignorância são responsáveis pela idéia de que a Astrologia é uma crença"

cimentos de como o mundo natural funciona, e do que são os números e de como estes formam a ciência da Estatística, podem explicar a forma como incautos de todos os níveis de educação formal caem nas mãos de astrólogos, sendo estes, portanto, ou ignorantes, ou equivocados, ou desonestos. Os horóscopos, e os perfis das pessoas de um signo qualquer, são de uma

pobreza desoladora do ponto de vista da generalização estatística.

Não se trata, repetimos, de uma questão de fé, pois o clássico método cartesiano que serve de base à ciência facilmente desmonta qualquer princípio astrológico. A liberdade de crença, neste caso, é a liberdade de não querer compreender o mundo.

Mais grave de tudo é o fato de que a divulgação dada pela imprensa à Astrologia e a outras formas de esoterismos e auto-ajudas serve, hoje, como algo similar ao que tempos atrás chamou-se de "ópio". É muito mais fácil fugir da



Fabrizia Osanai

realidade humana e social do que encará-la de frente, tentando compreender nosso mundo, e a partir desta compreensão, agir para modificá-lo. A compreensão do mundo é condição necessária para a liberdade de ação. As pseudociências ocultas e esotéricas, ao negar ao homem a possibilidade de compreender, na verdade o afastam da liberdade.

Apedido publicado em Zero Hora no dia 3 de julho:

Carta à População

As entidades abaixo assinadas, representativas da comunidade científica, vêm de público manifestar sua posição com respeito à publicação pelo jornal Zero Hora de uma série de fascículos sobre Astrologia, divulgada em grande circulação, com o amparo da estrutura de distribuição do jornal.

A história da humanidade tem sido pautada pela continuada luta contra a ignorância, e pelo esforço de ampliar os horizontes do conhecimento. Foi através da gradual descoberta de como funcionam os mundos físico e biológico que tornou possível à humanidade conhecer o Universo, vencer as doenças, melhorar as expectativas de vida e de conforto, e desenvolver ramos da ciência que levaram ao padrão científico e tecnológico que hoje está ao alcance, senão de todas as pessoas, ao menos de muitas. A par deste desbravamento propiciado pelas ciências naturais, a busca da compreensão da mente e da consciência levaram ao nosso inegável avanço em direção a mais elevados níveis filosóficos.

A luta pela melhor compreensão do mundo e do espírito humano não se fez, e não se faz, sem embates e reveses. Em numerosas ocasiões, na

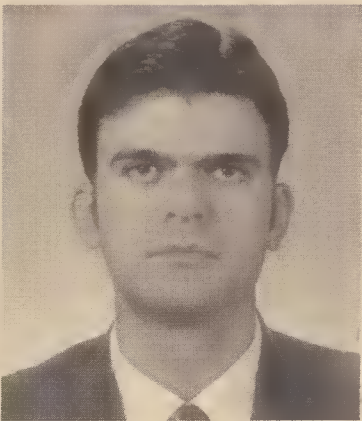
História, o obscurantismo entravou o progresso e perseguiu aqueles que se esforçaram por afastar as trevas da ignorância pré-histórica e ancestral. A atual riqueza de conhecimentos em todas as ciências é testemunho de que a busca do saber prevaleceu e frutificou; a humanidade está agora, não obstante todos seus problemas e dificuldades, com um potencial de desenvolvimento em todas as esferas que não tem similar em toda a História.

As abaixo assinadas entendem que a luta pelo progresso é dever de todas as pessoas esclarecidas e, em especial, dever social das instituições e dos meios de comunicação. É por isto que a iniciativa de Zero Hora, de dar amplo espaço para a divulgação de idéias secularmente reconhecidas como fruto da ignorância, quando não fruto da desonestidade e do charlatanismo, em nada contribuirá à educação popular. Ao contrário, compromete outras iniciativas deste mesmo jornal, onde a ciência, e em particular a Astronomia, é divulgada em alto nível de seriedade. É de se esperar, no estágio atual do desenvolvimento da humanidade, que a imprensa participe coerentemente do esforço da divulgação do conhecimento.

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Associação de Docentes da Ufrgs

Novas fogueiras na Universidade: Sobre uma carta à população

Benito Bisso Schmidt - Prof. do Departamento de História da Ufrgs



Arquivo pessoal

comunidade científica", na qual se condena a publicação pelo mesmo jornal de uma série de fascículos sobre astrologia.

O texto reflete uma determinada visão de ciência que remete ao paradigma científico moderno, constituído a partir da Revolução Científica do século XVI e cristalizado no século XIX. Algumas características deste paradigma podem ser exemplificadas perfeitamente com frases retiradas da referida Carta (estou seguindo a argumentação proposta por Boaventura de Sousa Santos por "Um discurso sobre as ciências", de 1996):

1 – uma visão linear, evolucionista e cumulativa do conhecimento: "a história da humanidade tem sido pautada pela continuada luta contra a ignorância e pelo esforço em ampliar os horizontes do conhecimento";

2 – uma extrema arrogância e desprezo em relação aos outros saberes: condena-se a "divulgação de idéias secularmente reconhecidas como fruto da ignorância – quando não fruto da desonestidade e do charlatanismo";

3 – a idéia de ciência como eixo do progresso e, conseqüentemente, da liberdade e da felicidade humanas: "a atual riqueza de conhecimentos em todas as ciências é testemunho de que a busca do saber prevaleceu e frutificou; a humanidade está agora, não obstante todos os seus problemas e dificuldades, com um potencial de desenvolvimento em todas as esferas (sic) que não tem similar em toda a história".

Quero lembrar que este paradigma tem sido profunda e

"Se queremos favorecer a educação popular é melhor ensinar o convívio e respeito às diferenças"

sistematicamente criticado nos últimos anos. Mesmo aqueles que defendem suas bases epistemológicas (entre os quais eu

mecoloco) reconhecem seus limites e suas perversões ao longo da história. Exemplificando: se a ciência permitiu à "humanidade conhecer o Universo (...), vencer as doenças, melhorar as expectativas de vida e de conforto..." etc, etc.; também levou à destruição ecológica, ao surgimento de novas doenças, à desqualificação de culturas milenares, etc, etc.

Com este comentário, não busco menosprezar o conhecimento científico mas reconhecer sua historicidade e seus limites. Da mesma forma, não pretendo valorizar a astrologia,

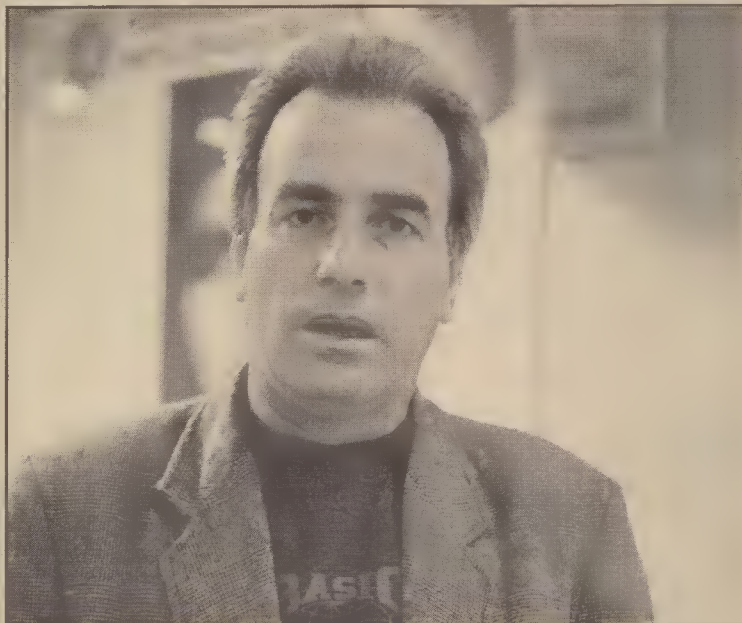
campo que desconheço, mas que tem todo o direito de vir à público. Quero sim chamar a atenção para o perigo de se inverter a lógica da Inquisição, que condenou tantos Giordanos e Galileus, quando acendemos novas fogueiras nas Universidades para silenciarmos as bruxas modernas.

Se queremos favorecer a "educação popular", talvez o melhor seja ensinar o convívio e o respeito às diferenças. A arma para isso é, como diz Sérgio Paulo Rouanet em "As razões do Iluminismo" (1987), uma razão sábia, crítica e autocrítica, e não uma postura autoritária e excludente.

A chapa liderada pelo presidente do Sindicato dos Metroviários, Francisco Vicente, venceu as eleições do último Congresso Estadual da CUT. Resta saber se a Articulação, de Jairo Carneiro, vai continuar pesando na luta.

Para aonde vai a CUT na briga de Unitários contra Orgânicos?

91 - 97



Fotos Fabrícia Osanai

Nome: Jairo Carneiro

Idade: 47 anos

Profissão: Eletricista de manutenção

Local de Nascimento: Torres (RS)

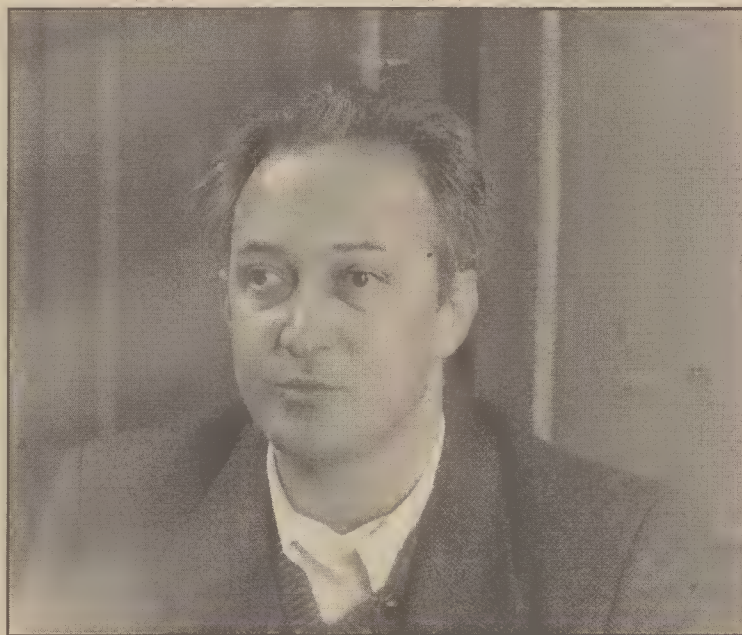
Corrente: Articulação

Base de apoio: 5 cadeiras na direção

Proposta: Sindicato Orgânico (liberdade de autonomia sindical com unificação por ramo de atividade)

Currículo Político: Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre (presidente 89-95), CUT/RS (presidente 91-97), Federação dos Metalúrgicos (secretário-geral)

97 - 00



Nome: Francisco Vicente

Idade: 39 anos

Profissão: Assistente de Operação de Trens e Geógrafo

Local de Nascimento: Siderópolis (SC)

Corrente: Alternativa Sindical Socialista

Base de apoio: 6 cadeiras na direção

Proposta: Sindicato Unitário (entidades unificadas por ramo de atividade e vinculadas a uma única central de trabalhadores)

Currículo Político: União Nacional de Estudantes (militante), 1ª Zonal do PT (presidente), Sindicato dos Metroviários (presidente), CUT/RS (presidente)

caldeirão de divergências do sindicalismo gaúcho nunca esteve tão repleto de ingredientes. Alguns novos, outros bastante antigos. Mas todos diferentes e prestes a entrar em ponto de fervura. Com a realização do VIII Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores (Cecut), o perfil da Executiva que reúne 245 sindicatos filiados no Rio Grande do Sul deu uma guinada à esquerda (se é que ainda era possível). Entra a chapa liderada pelo presidente do Sindicato dos Metroviários, Francisco Vicente, não sai a corrente da Articulação, majoritária na Executiva Nacional da CUT. Não sai porque a tendência que liderou a CUT estadual nos últimos dois mandatos de Jairo Carneiro continua com 5 cadeiras na direção, mas sem o controle da presidência e do orçamento de cerca de R\$ 50 mil mensais. Neste cabo-de-guerra político, a corda vai roer no lado que não enxergar se as mudanças exigidas no movimento sindical serão feitas com diálogo ou mobilização. Ou com as duas coisas juntas.

Na cabeça de Carneiro, propostas não faltam. "Temos de fazer resistência com proposição", entende o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. Apesar de ser contra

as reformas constitucionais do governo federal, Carneiro prega que é necessário sentar, apresentar idéias e participar de todos os fóruns possíveis. Mesmo que seja ao lado de Fernando Henrique Cardoso ou Antônio Britto. Chico—como é mais conhecido o novo presidente da Central dos Pampas—não acredita em conselhos como o do RS Emprego e no que ele chama de "Fórum de Destruição da Educação" criado pelo governo estadual.

O Vicente do Sul prega que a saída são protestos inteligentes, como as paralisações de duas horas do Cpers/Sindicato, e mobilização. Muita mobilização. De preferência, na rua. "Está na hora de recolocar a CUT no trilho da luta e alterar a correlação de forças entre patrões e empregados", defende. Afinal de contas, diz, o neoliberalismo não negocia com os trabalhadores "porque não podem, não querem e não precisam". Para o dirigente, a ascensão visível do movimento dos trabalhadores, a crise social e a proximidade de eleições gerais colocam os ventos a favor da classe operária. "No atual momento, é inócuo propor. Só negociamos com a mobilização feita", avisa. Carneiro chama a atenção para o aumento do

desemprego, que traz inseguranças e requer cautela. Falar em protesto quando existem filas para ocupar a vaga de um demitido é irresponsabilidade para o ex-presidente da CUT gaúcha. "Greve é instrumento quando se tem emprego."

Com esta ressalva, falta saber se o discurso da nova CUT encontra

**A CUT no Estado
245 entidades
filiadas
Orçamento mensal
de R\$ 50 mil**

respaldo na base. Pouco interessadas em política, mas famintas por salários, algumas categorias, como a dos cabos e soldados da Brigada Militar, aproximaram-se de entidades como a CUT apenas para recuperar a dignidade de seus vencimentos. Cativar estes trabalhadores e criar a famosa consciência de classe pode estar na dependência de uma

mudança radical na estrutura do sindicalismo brasileiro.

Por enquanto, o único ponto onde existe consenso é o que trata do fim do imposto sindical. Carneiro e Vicente concordam que este desconto é desnecessário no contracheque dos trabalhadores do setor privado e serve apenas para sustentar entidades fantasmas.

Hoje em dia, mais da metade dos sindicatos brasileiros devolvem dinheiro do imposto a seus associados e vivem com recursos da mensalidade. "O fim do imposto sindical acaba com metade dos sindicatos do Brasil", assegura o secretário-geral da Federação dos Metalúrgicos. O atual presidente da CUT/RS calcula que dos 17 mil sindicatos existentes no país sobreviveriam, no máximo, 5 mil.

Mesmo com o fim do imposto, fica a pergunta: qual o perfil do sindicato dos tempos de globalização? Novas divergências. Para os militantes da Articulação, a saída é a liberdade de autonomia sindical com a associação de profissionais por ramo de atividade. É o chamado sindicato orgânico, onde a filiação a uma determinada organização acontece pela vontade, e não pela obrigatoriedade. Neste

cenário, seria possível existir, em uma mesma região ou cidade, um Sindicato dos Bancários filiado à CUT e outro, à Força Sindical. "Vai sobreviver, quem tiver adesão", garante Jairo Carneiro.

Seria o fim do movimento dos trabalhadores no Brasil, rebate Francisco Vicente. "O segredo da força da classe trabalhadora é a união", enxerga ele. Por este princípio, as várias correntes que formaram a chapa vencedora no último Cecut não abrem mão do sindicato unitário. Em outras palavras, entidades únicas onde os trabalhadores seriam vinculados também por ramo de atividade, mas com a obrigação de existir apenas um sindicato por região. Na opinião do presidente, isto evitaria a cristalização da divisão de classe, a transferência do poder da base para a cúpula e a partidização. "Nós concordamos com um sindicato de todos os trabalhadores em educação no Estado", exemplifica Vicente. "A CUT exerceria a hegemonia pela política e não pelo aparelho", completa. A contar do último dia 6 de julho, quando encerrou o Congresso e a chapa foi eleita, os Unitários gaúchos têm três anos para mostrar que suas idéias são viáveis. "Vamos para o tudo ou nada", antecipa Vicente.

A caça une-se ao caçador

Pela primeira vez em 160 anos de história da Brigada Militar, praças revoltam-se contra os baixos salários e decidem reivindicar ao governo do Estado. Seria apenas uma mobilização inédita na PM gaúcha não fosse o apoio recebido de seu maior oponente em confrontos e manifestações públicas: o movimento popular organizado.

James Görgen

lhando para trás, a primeira ameaça de paralisação dos praças da Brigada Militar em 160 anos de existência da instituição teve a marca indelével dos movimentos sindicais. Bastou os policiais militares anunciarem que se mobilizariam para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), União Nacional dos Estudantes (UNE), Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers/Sindicato) e outras entidades passarem a apoiar a luta dos insubordinados. Em todos os momentos, os PMs deixavam claro que brigariam por melhores salários dentro da lei e da ordem. Intencional ou não, o fato é que a integração entre os movimentos fardado e sindical gaúchos começou pela inexperiência do primeiro.

No início do mês de julho, 16 praças da BM vestiram capuzes, convocaram a imprensa e deram um aviso à cúpula da segurança pública no Estado. A assembléia geral dos cabos e soldados, marcada para o dia 17 de julho, poderia acabar em paralisação, aquartelamento ou greve se nada fosse feito para melhorar a situação salarial dos brigadianos. Naquela entrevista coletiva, era possível perceber membros da CUT fornecendo estrutura ao movimento dos PMs. O próprio encontro com a imprensa foi realizado na sede do Sindicato dos Gráficos, associado a uma Federação filiada à CUT.

Passeata dos 5 mil

A partir desse ultimato, reuniões, passeatas e mobilizações tomaram conta dos batalhões em Porto Alegre e no interior do Estado. Pela Constituição, os policiais militares não possuem direito à greve. Chamado a opinar sobre a possibilidade de insurreição, o comandante-geral da BM, coronel José Dilamar Vieira da Luz, disse que descartava a greve e admitiria a manifestação pacífica desde que apenas os PMs que estivessem de folga comparecessem ao ato, sem farda. Quem sãisse da linha, seria punido. “Não se pode jogar no chão 160 anos de história da Brigada Militar”, entendia Dilamar. Do soldado ao coronel, a maioria dos PMs não sabia como se organizar, tinha receio da punição e concordava com a posição do comandante. “Nós não podemos exigir que a população cumpra a lei se não agirmos corretamente”, frisava sempre o presidente da Associação Beneficente Antônio Mendes Filho (Abamf) de Cabos e Soldados da BM, cabo Pedro Dias de Moraes. “Queremos que o governador cumpra a lei (10.395/95) sancionada por ele mesmo”, acrescentava.

Veio o dia 17. Numa participação inesperada até para seus organizadores, a assembléia dos tenentes, subtenentes, sargentos, cabos e soldados da Brigada Militar reuniu cerca de 5 mil praças na sede da Abamf, no bairro Partenon, em Porto Alegre. Do interior, 50 ônibus trouxeram metade dos manifestantes. O espaço era pequeno e muita



Ronaldo Bernarri

Na mobilização da Brigada Militar, sindicalistas, professores e estudantes ajudaram a engrossar as fileiras na passeata de 5 mil pessoas

gente ficou de fora das decisões. Mostrando o despreparo típico de uma categoria desorganizada politicamente, associados da Abamf não esconderam suas divergências com representantes da Associação de Cabos e Soldados (Acasol) durante a reunião. De caráter mais reivindicatório do que a Abamf, a co-irmã queria incluir alternativas radicais entre as propostas que seriam votadas. A possibilidade de greve geral era uma delas.

A Capital do Estado viveu um dia nervoso. Pela primeira vez, brigadianos em serviço teriam de enfrentar colegas em folga, caso houvesse confronto. Ninguém esquecia que pelo menos um dos lados estaria armado. No cais do Porto, pelotões do Exército preparados com armamento pesado esperavam a convocação do governador para tomarem o lugar da BM. Depois de deliberarem pela paralisação, caso não houvesse uma proposta salarial que contemplasse os 222% (antes do acordo com o governo, os praças recebiam 100%) de risco de vida, os revoltosos da BM saíram às ruas. Fecharam avenidas, pararam o trânsito. Motoristas, senhoras nas sacadas e trabalhadores aplaudiam a manifestação dos policiais.

Caminhando e cantando

Tudo com o know how da CUT e de sindicatos mais experimentados em protestos e paralisações. Para surpresa de jornalistas que faziam a cobertura da passeata, a turba de PMs fardados entoou “Pra não dizer que não falei de flores”, música de Geraldo Vandré, sinônimo da resistência à ditadura, que a Brigada Militar sustentou em várias ocasiões. No carro de som, o microfone passava da mão de um dirigente dos brigadianos para um membro da Executiva da CUT, que trazia novas

palavras de ordem e fazia discursos inflamados contra o governador Antônio Britto.

No início da tarde, um mar de PMs chegou em frente ao Palácio Piratini. Cinco linhas de brigadianos do Batalhão de Polícia de Choque e de outros BPMs faziam um cordão de isolamento humano para evitar que o protesto terminasse dentro da sede do Executivo. Ao contrário do esperado, o ânimo dos manifestantes estava contido. Depois de cumprimentarem seus colegas de trabalho, que tinham a missão de guarnecer o Piratini, os brigadianos fizeram um ato pacífico.

Raposas e caçadores

Desconfortados como raposas cercadas por caçadores, políticos de esquerda e dirigentes da CUT, do MST e do Cpers faziam discursos pedindo o fim da opressão contra as polícias militares, cujos servidores apenas eram “obrigados a cumprir ordens”. Alguns eram vaiados, outros, encarados de forma irônica por defenderem os direitos humanos. Curiosamente, nenhum líder político ou sindical pregou o fim da tortura contra prisioneiros, ou mesmo suspeitos, como no caso da violência televisonada de Diadema.

Mostrando o poder de fogo da categoria, uma comissão de 15 PMs foi recebida pelos líderes políticos do Legislativo e ainda se reuniu por mais de uma hora e meia com o chefe da Casa Civil, Mendes Ribeiro Filho, o secretário da Justiça e da Segurança, José Fernando Eichenberg, e o coronel Dilamar. Os representantes da CUT ficaram do lado de fora do Palácio cantando Geraldo Vandré. A comissão saiu do Piratini com o anúncio de que o governo preparava um pacote de projetos. Deixou um aviso: se a proposta não recuperasse os 222% do risco de vida a

paralisação começaria à meia-noite de terça.

Música errada

A proposta surgiu no domingo e não agradou. Na madrugada de quarta-feira, 23, os brigadianos decidiram entrar em assembléia geral permanente, um artifício jurídico para que a ilegalidade da greve não ficasse configurada. Pela manhã, a cúpula da BM tratou de menosprezar o movimento, dizendo que o efetivo normal estava nas ruas. No início da tarde, o presidente da Acasol, soldado Ademar Vieira, o presidente do sindicato dos policiais civis (Ugeirm/ Sindicato), Jorge Luiz de Quadros, e alguns representantes da Abamf organizaram um arrastão com cerca de 500 pessoas para mostrar que a mobilização conseguiria tirar mais gente de dentro dos BPMs de Porto Alegre. Ao contrário da semana anterior, no protesto da quarta-feira alguns manifestantes bebiam cachaça enquanto outros estavam armados.

Mais uma vez, membros da CUT acompanhavam os PMs, alguns estavam a 30 horas sem dormir. Na avenida Ipiranga, um homem que não representava as entidades brigadianas nem os policiais civis tentou que os participantes cantassem uma música conhecida dos soldados. Sempre tocada contra eles. “Dizem que ela existe, pra ajudar, dizem que ela existe pra proteger / Eu sei que ela pode te parar, eu sei que ela pode te prender / Polícia é para quem precisa”, bradavam os auto-falantes do carro de som. A canção do grupo de rock Titãs não foi acompanhada por ninguém. Quando voltaram os discursos, o clima de protesto voltou. Estava clara divisão. E o abismo que separa sindicalistas de PMs ficaria ainda mais profundo até o final do dia.

Violência entre colonos e PMs renasce com o final da mobilização por salários

oras depois do fim da negociação entre governo e as associações que representam os brigadianos, na quinta-feira, dia 24 de julho, o sonho da união entre classes dava lugar à face mais violenta da separação entre PMs e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Na Praça da Matriz, em Porto Alegre, 4 pessoas ficaram feridas depois que colonos, agricultores, professores e estudantes tentaram invadir o prédio da Assembléia Legislativa. Era o fim de uma aliança que durou o tempo suficiente para os dois lados perceberem o óbvio: eles lutavam por objetivos diferentes e nunca deixaram de estar em lados opostos.

Na noite anterior ao embate, PMs e policiais civis – motivados por representantes da CUT e assessores de deputados – acompanharam sindicalistas e professores na tomada das galerias da Assembléia. O objetivo era barrar a votação dos projetos do governo que seriam aprovados na convocação extraordinária dos parlamentares. Quando vaías e discursos da oposição se tornaram ineficazes, cerca de 200 manifestantes invadiram o Plenário da Casa suspendendo a sessão. Mostrando que não estavam pensando em ir contra a lei, os brigadianos se recusaram a pisar no local reservado aos deputados e se retiraram. Na mesma noite, o governo apresentou uma nova proposta salarial, aceita pelos líderes do protesto dos PMs. Era o fim da mobilização.

Manhã do dia 24. Fiéis aos princípios que juraram defender, PMs esqueceram da união com as entidades do movimento popular e desde cedo guardavam a frente do Palácio Piratini, em Porto Alegre, enquanto outros

protegiam a Assembléia. Não em número suficiente. A chegada de grupos de pequenos agricultores e de líderes do MST provocou uma pressão maior pela entrada dos manifestantes na sede do Legislativo. Cascalhos voaram contra os vidros da porta principal do prédio da Assembléia. Cassetetes entraram no estômago, no tórax e na cabeça de pelo menos três manifestantes. Novas tropas foram chamadas e a revolta foi contida pela Brigada Militar. A nova divisão territorial (e ideológica) estava demarcada pela presença de 25 cavalos do 4º Regimento de Polícia Montada. Havia sangue no chão e tensão no ar. Tudo havia voltado aos velhos tempos. Observando atentamente, talvez nada

tenha saído do lugar. Durante todo o tempo, foram as entidades da sociedade civil que procuraram apoiar o movimento dos brigadianos sem se perguntar se eles concordavam com a aliança. Ao mesmo tempo em que aparentemente jogavam no mesmo time, um efetivo do Batalhão de Polícia de Choque cercava a área reservada ao complexo automotivo liderado pela General Motors do Brasil, em Gravataí. Lá dentro, desde o início da manhã de segunda-feira, 21 de julho, estavam cerca de 800 pequenos agricultores e assentados.

Terminada a semana de protestos e confrontos, o presidente da Associação Beneficente Antônio Mendes Filho (Abamf) de Cabos e Soldados da BM, cabo Pedro Dias



Ana Pereira Nelo

Horas depois de protestar com apoio dos colonos, PMs defendem a Assembléia

Havia um fosso no meio do caminho

Fosso foi o nome encontrado pelos policiais gaúchos para denunciar a distância vertiginosa que separa as funções superiores da Brigada Militar da base da corporação. Como se não bastasse a defasagem de um Plano de Carreira que impede a ascensão de um soldado ao posto de coronel, existe a distinção salarial. Este intervalo financeiro, que enriquece alguns e deixa na penúria a grande parte, foi criado em 23 de julho de 1992. A ideia partiu de um projeto de lei apresentado

pelo governador Alceu Collares. Com o texto aprovado, o Estado estabeleceu isonomia entre determinadas funções da administração estadual. Os vencimentos de delegados e oficiais superiores da BM (de major a coronel) foram equiparados ao dos procuradores.

Desde então, quando qualquer um destes cargos recebesse reajuste, o benefício deveria se estender ao demais. A maioria das pessoas que acompanham a rotina das duas polícias gaúchas sabe que quando o fosso surgiu no

Como o fosso separa alguns salários na Brigada Militar						
Posto	Básico	Gratificação	Triênios	Adicional	Risco de Vida	Bruto
Coronel	1.404,88	336,92	2.430,31	1.215,15	3.118,83	8.506,09
Major	1.295,68	231,92	1.541,40	660,60	2.876,40	6.606,00
Capitão	520,03	207,54	470,50	282,30	1.154,46	2.634,83
1º Tenente	483,75	99,17	87,43	0	571,18	1.241,53
Subtenente	365,62	0	146,24	91,40	603,26	1.206,52
2º Sargento	286,86	0	71,71	71,71	401,59	831,87
Cabo	208,11	0	10,40	0	218,51	437,02
Soldado	192,37	0	0	0	192,37	384,74

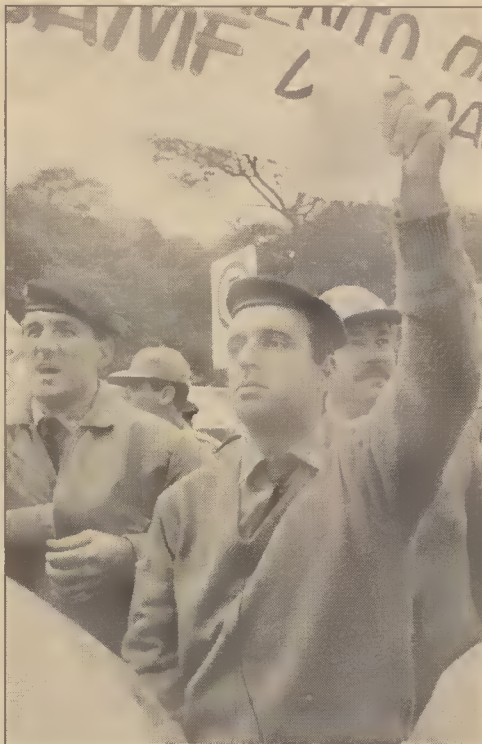
Fonte: Jornal Zero Hora



Fabrizia Osanai

Lúcia Camini na passeata dos policiais

de Moraes, concede uma entrevista ao jornal carioca *O Globo* onde deixou claro que a ordem sempre foi manter distância, pelo menos, do MST. Perguntado a respeito do apoio recebido, o cabo foi claro: os sem-terra não devem esperar retribuição dos PMs. Para quem se opõe, Moraes lembra um fato de agosto de 1990: em um enfrentamento com sem-terras, o soldado Valdeci Lopes foi degolado. Depois disso, seus colegas desenvolveram a aruega, uma peça em forma de forquilha que usam para segurar foices e outras ferramentas agrícolas. Em 25 de julho, 4 PMs seguravam aruegas na Praça da Matriz. Sinal de que a guerra não acabou.



Fabrizia Osanai

Contracheque na mão para mostrar a causa do protesto do dia 17 de julho

Enquanto os superiores não abrem mão de direitos conquista-dos graças ao medo dos governantes, o resto da tropa precisa encontrar um corda que tire o efetivo do fundo do fosso. No dia 24 de julho, o Executivo lançou uma contraproposta que agradou às entidades (leia quadro) mas não acabou com o fosso. Agora que aprendeu o caminho da reivindicação, a base da PM gaúcha pode voltar novamente à rua e reviver o 17 de julho.

Pesquisadores planejam a Comunidade Global

Em tempos de globalização, estudiosos do mundo inteiro procuram alternativas para os problemas da humanidade

Universidade Federal do Rio Grande do Sul está formando um Núcleo de Pesquisa para estudar as soluções para os problemas da humanidade. O Núcleo de Pesquisa sobre Governança Global (The Research Center for Global Governance-RCGG), criado e coordenado pelo professor do Departamento de Engenharia Nuclear da Ufrgs, Farhang Sefidvash, será um núcleo mundial sediado na Ufrgs. O RCGG é o acervo dos pensamentos dos povos. A partir destes estudos deverá ser preparado um documento que reflita a essência das idéias oferecidas pelos povos das mais diversas nacionalidades, culturas, ciências, religiões, classes e grupos étnicos. No âmbito mundial serão debatidos, redefinição do papel da Organização das Nações Unidas (ONU) na ordem mundial emergente, limites e fronteiras, poder de veto, metodologia de resolução de conflitos.

Experiência alemã

A iniciativa da Ufrgs partiu do estudo realizado pela Comissão sobre Governança Global, criada na Alemanha, em 1992, por Willy Brandt, ex-chanceler da antiga Alemanha Ocidental e ex-presidente da Comissão Independente sobre Questões de Desenvolvimento Internacional.

Em junho de 1996, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados aprovou uma resolução dirigida ao presidente da

República para que o Brasil proponha à ONU a realização, em setembro de 99, de uma Conferência Internacional sobre governabilidade mundial.

Durante a comemoração do 50 anos de fundação da ONU, em 95, muitas entidades fizeram uma avaliação das atividades desta instituição e das mudanças que estão acontecendo no relacionamento entre as nações. Destacaram-se as atividades da Comissão para a Governança Global, um grupo independente, composto de 28 líderes e pensadores de diversas partes do mundo, com responsabilidades e experiências diversificadas. Entre eles está Celina Vargas do Amaral Peixoto, ex-diretora-geral da Fundação Getúlio Vargas. A tarefa do grupo é sugerir caminhos pelos quais a comunidade global possa melhor administrar seus assuntos nesse novo tempo da história humana.

O trabalho de dois anos e meio gerou um relatório em forma de livro intitulado "Our Global Neighborhood" (Oxford University

Press, 1995), traduzido em português pela Fundação Getúlio Vargas, sob o título de "Nossa Comunidade Global". Segundo o documento da Comissão, Governança "é a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições,

os povos e nações da comunidade mundial. Explora os principais desafios com os quais a humanidade se confronta, e oferece como propostas promover a segurança dos povos e do planeta, gerenciar a economia global, a reformulação da ONU e garantir a aplicação das leis mundialmente.

A Comissão sobre Governança Global destaca que as ações da sociedade internacional devem unir-se para desenvolver uma visão comum acerca do rumo a ser tomado pelo mundo na transição da Guerra fria e na passagem da humanidade ao século XXI.

O professor Farhang Sefidvash, afirma que "a reforma da ONU deve refletir estas novas realidades, como também a capacidade da sociedade civil de contribuir para a governança global". Segundo ele, o mundo está no limiar de uma nova sociedade e os povos precisam decidir o caminho a seguir para ingressar em uma era de segurança baseada na lei, na vontade coletiva e na responsabilidade comum.

Farhang destaca ainda que o

melhor caminho requer a afirmação dos valores do internacionalismo, a primazia da lei no plano mundial e reformas institucionais que garantam e mantenham tudo isso. "O mundo está utilizando os velhos paradigmas para uma nova realidade", afirma o professor. "A globalização requer uma nova visão sobre a natureza do homem e uma nova ética e comportamento nas relações internacionais. Por isso, é necessário que se faça estudos, pesquisas e debates sobre os assuntos relacionados com esse processo".

Encontro Global

A Comissão para Governança Global considera importante a convocação de uma reunião entre governantes e Chefes de Estado, em 98 ou 99, para discutir as transformações necessárias na estrutura e operação da ONU, para que haja a aproximação entre as nações e a concretização da Aldeia Global.

Os interessados em participar do Núcleo de Pesquisa sobre Governança Global devem enviar uma mensagem para pgg@vortex.ufrgs.br para receber ou publicar o resumo dos artigos com no máximo mil palavras. Atualmente o núcleo conta com participação de mais de 480 pessoas de 21 países diferentes. Farhang Sefidvash destaca que é importante que os artigos, além de criticar as condições existentes, ofereçam soluções para que as metas da governança global sejam alcançadas.



Centenas de albaneses aguardam barco na esperança de deixar o país

publicas e privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes, e realizar ações cooperativas". A governança global não é necessariamente um governo mundial.

Reforma da ONU

A ênfase desse processo está na necessidade de buscar valores comuns, uma ética cívica global e uma liderança inspirada, para guiar

*Para conhecer a
Universidade e
discutir os rumos
do ensino superior*

*Exercite seu lado Adverso. Escreva
para a redação cartas, artigos, crônicas,
ensaios, críticas ou qualquer texto.
Você e suas idéias são bem-vindos.*



ADVERSO

O jornal da associação dos professores da Ufrgs

Sonhos de uma noite na Assembléia

Descontentes com a política do governo estadual, manifestantes acampam no Parlamento gaúcho

Luciane Fagundes/Especial

Quarta-feira, 23 de julho de 1997. O dia começa tenso na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Já pela manhã, cerca de 120 colonos que vivem da agricultura familiar permanecem em jejum nas galerias do plenário, como forma de pressionar o governo a atender suas reivindicações, em especial a implantação imediata do seguro agrícola. À tarde, policiais militares, civis e agentes penitenciários chegam em passeata ao prédio da Assembléia e tentam acessar o plenário, onde estavam ocorrendo as votações dos projetos constantes da pauta da Convocação Extraordinária. Os policiais, assim como os agricultores, querem que os parlamentares convençam o governador de que as reivindicações da categoria são justas e devem ser atendidas. No início da noite, quando os deputados iniciavam a votação do projeto que autorizava o governo a vender os 51% de ações CRT que ainda restam nas mãos do Estado, foi a vez dos servidores daquela companhia, juntamente com professores e policiais civis, que naquele momento estavam acompanhando a sessão, ocuparem o plenário exigindo o encerramento da Convocação Extraordinária e a retirada, do Legislativo, do projeto da CRT e do pacote para a educação. Diante do fato, o presidente da Assembléia, João Luiz Vargas, suspende a sessão e convoca todos os 55 deputados para uma reunião de urgência na sala da presidência.

Dormitório improvisado

O dia que havia começado apenas tenso, termina como o mais agitado do parlamento gaúcho nos últimos tempos e de modo inesperado: os manifestantes decidem passar a noite no local e o plenário do Legislativo transforma-se em dormitório improvisado. Deputados de oposição e lideranças dos trabalhadores, ainda impactados com o rumo dos acontecimentos, se dividem: alguns defendem que o plenário seja desocupado e que o impasse seja resolvido através de reuniões e audiências, onde a Mesa do Legislativo se comprometa a gestionar junto ao governo o cancelamento das sessões extraordinárias; outros defendem que os manifestantes não deixem o local antes que a Convocação Extraordinária seja realmente encerrada. Já a maioria da bancada governista (PMDB, PPB, PTB, PFL, PSDB, PFL), quer que o local seja evacuado de qualquer forma, nem que seja à força. Está gerado mais um impasse.

Manifestantes não confiam no Legislativo

Já passa da meia-noite quando uma comissão formada pelas lideranças dos servidores – Francisco Vicente, presidente da CUT, Lúcia Camini, presidente do CPERS, Jurandir Leite, presidente do Sinttel e Vera Guasso, dirigente da CUT – tenta negociar a desocupação do plenário, mas não obtém sucesso: os manifestantes rejeitam por unanimidade duas propostas (uma da Mesa e outra da própria comissão) com um único argumento: não confiam na palavra de um parlamento que não se impõe ao Executivo. Passar a noite no local, na opinião dos

ocupantes, é a única forma de pressionar o governo e a Assembléia a suspenderem o período extraordinário e, conseqüentemente, a votação da privatização da CRT e de um projeto para educação que não foi debatido sequer com os professores.

Os motivos da ocupação

Diferente da versão que a maioria da imprensa gaúcha vem dando aos acontecimentos – a de que a Assembléia foi vítima de uma baderna sem precedentes – o que aconteceu dia 23 de julho foi, na verdade, a explosão de setores do funcionalismo absolutamente desesperados com a política desenvolvida pelo governo de Antônio Britto. O caso dos policiais e dos professores é exemplar. Depois de dois anos sem conceder um centavo de aumento, em descumprimento a sua própria lei salarial, o governo ofereceu um reajuste que foi considerado uma ofensa pelos servidores de ambas categorias: para os brigadianos e Polícia Civil, abono entre R\$ 30,00 e 80,00 e, para o magistério, aumento de R\$ 19,00 sobre o salário básico, parcelados em quatro vezes. O líder da bancada petista, Flávio Koutzii, avalia: “A convocação desenvolveu-se em um clima de exasperação da sociedade e das categorias envolvidas que, naturalmente, acabou chegando às galerias da Assembléia, que deveria ser a Casa do Povo”.

Insistência e indignação

Outro motivo que muito contribuiu para o acirramento dos ânimos foi o comportamento da bancada governista que, utilizando um expediente previsto pelo Regimento Interno do Legislativo, pediu preferência para votação do projeto que conclui a privatização da CRT, quando a matéria não estava na pauta daquele dia. “A bancada governista adotou uma postura de franca provocação à sociedade ao forçar a votação de um projeto que autorizava a venda do restante das ações da CRT, colocado em pauta apesar das promessas do governo de que o controle acionário da empresa permaneceria com o Estado”, observa Koutzii, que neste mesmo dia havia ocupado a tribuna para fazer uma grave denúncia relacionada à venda do primeiro lote de ações da CRT (35%), que foi adquirido por um consórcio liderado pela RBS e Telefônica de Espanha. Segundo a denúncia, para viabilizar a operação, o Estado teve um prejuízo de R\$ 84 milhões.

A insistência dos deputados que sustentam o Executivo em votar a privatização total da CRT, ignorando completamente as afirmações do líder petista acabou sendo a gota d'água que fez transbordar a indignação. Além disso, a bancada governista se retirava do plenário a cada fala dos oposicionistas, só retornando quando a presidência pedia verificação de quórum. Ninguém respondeu à denúncia de Koutzii. “Que droga de Assembléia é esta que está de costas para a sociedade, para os diferentes setores que trazem demandas absolutamente justas?”, perguntou Koutzii da tribuna, minutos antes de começar a ocupação.



Marco Aurélio Couto

Plenário do legislativo gaúcho é tomado por sindicalistas e servidores públicos

AS REPERCUSSÕES

Flávio Koutzii, líder da bancada do PT

“Naquele dia, as bancadas de oposição apelaram por diversas vezes para que o requerimento que autorizava a votação do projeto da CRT fosse retirado. O pedido não foi atendido pelos líderes do governo. Diante de tamanha insensibilidade, o descontentamento das galerias tornou-se incontrolável. A responsabilidade por estes fatos deve ser atribuída ao governo Britto e seus aliados no Parlamento”.

Marco Aurélio Couto



Marcos Rollm (PT), presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

“O gesto, além de não poder ser legitimado dentro da lógica democrática, operou um deslocamento na agenda política e colocou nas mãos dos nossos adversários um arsenal de argumentos que serão utilizados particularmente contra o PT. Em síntese: penso que estamos diante de um erro político que se tornará mais nítido no futuro próximo. Por conta destas convicções, faríamos bem se nos posicionássemos criticamente diante do episódio, mantendo a nossa estratégia de luta e nossa solidariedade aos movimentos sociais. A sinceridade e a capacidade de autocritica, afinal, continuam sendo virtudes imprescindíveis”.

Paulo Odone (PMDB), líder do governo

“Foi uma agressão à instituição, não a partidos políticos ou ao governo. O argumento utilizado pelas lideranças sindicais, de que a invasão buscou preservar a independência do parlamento é fascista; é o mesmo utilizado há duas décadas atrás por qualquer general da América Latina para fechar o parlamento. Mesmo que o governo estivesse errado, não dá para admitir este argumento, que deve ter sido retirado das páginas dos jornais de 64. Nós deputados temos obrigação de repudiar este ato e alertar para as conseqüências”.

Jurandir Leite, presidente do Sinttel

“A ocupação aconteceu porque a Mesa tentou impor a votação do projeto que passa a CRT para a iniciativa privada, sem que esta proposta fosse debatida por nenhum setor da sociedade envolvido na questão. Foi uma atitude de resgate da cidadania, para reivindicar o restabelecimento da democracia neste Estado. Nossa intenção não foi prejudicar ou atingir a instituição, mas deixar claro para toda a população o que está acontecendo nestes dois anos. Na entrada da Assembléia está estampada a frase ‘Povo sem parlamento é povo escravo’. É isto: não aceitamos ser escravos”.



Marcos Eifler

A gente da casa

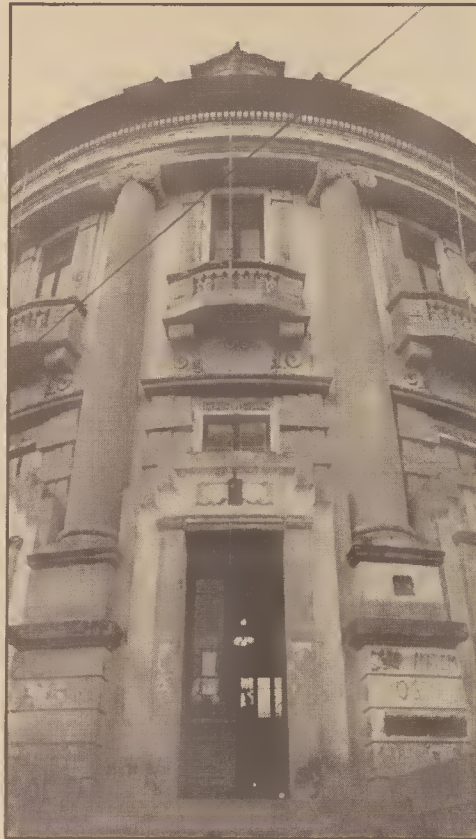
Moacyr Scliar*

Entrar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul era difícil – estou me lembrando daquele verdadeiro calvário, o vestibular – mas glorioso: um rito de passagem que de repente transportava um adolescente para um mundo lendário, ao qual não faltava pompa e circunstância. Passávamos a fazer parte da elite intelectual do Estado, o que não nos tornava exatamente modestos: o estudante universitário era cômico de sua importância, sobretudo porque convivia não apenas com outros universitários, mas também porque tinha como professores médicos famosos, engenheiros famosos, arquitetos famosos, juristas famosos.

Às vezes só depois de formados, evocando com nostalgia a época dos bancos acadêmicos, lembrávamos que a Universidade não era só a egrégia reunião de mestres e discípulos, como acontecia à época da academia grega; não, muitas outras pessoas estavam ali, trabalhando para que pudéssemos ter aulas, para que os laboratórios e as bibliotecas funcionassem. Gente humilde. De

quem às vezes nem sabíamos o nome, mas que nem por isto se esforçava menos. Vêm-me à lembrança funcionários da Faculdade de Medicina, o meu xará Moacyr, que trabalhava na área administrativa, a dona Úrsula. E o Pedro.

O Pedro trabalhava na Cadeira de Dermatologia, cujas aulas eram dadas na Santa Casa. Era um homem muito simples, com um acentuado sotaque de colono. Se não me engano, tinha sido ele próprio um paciente; curado, ficara por ali, atendendo o ambulatório. Com o passar dos anos tornou-se, não apenas um funcionário de confiança – nunca faltava – porém, mais do que isto, um conhecedor profundo de dermatologia. Isto mesmo: o Pedro conhecia todas as doenças de pele possíveis e imagináveis. E o professor Clovis Bopp, que era catedrático, não hesitava em usar tal conhecimento. Chegava para dar aula e perguntava ao Pedro que pacientes estavam no corredor, esperando para ser atendidos. Pedro dava uma olhada, e informava: tem duas psoríases, uma pitiríase versicolor, um vitiligo, uma erisipela. Traz uma psoríase, comandava o professor, e o Pedro atendia prontamente.



Fabírcia Osanai

Às vezes mandavam-no em busca de um determinado caso, e o resultado era o mesmo: voltava sempre com o paciente certo. Era um olho clínico admirável, o dele, e não poucos dos meus colegas o invejavam, sobretudo quando era época dos exames: com o conhecimento que tinha, a aprovação era certa.

Muitos anos se passaram desde que cursei dermatologia e ignoro o que se passou com o Pedro. A vida nos separou de quase todos os funcionários. É verdade que muitos deles ficaram em nossa lembrança, inclusive porque cada turma médica escolhia, como homenageado um funcionário. Mas hoje tenho a sensação de que isto era pouco. Sobretudo porque hoje vejo a universidade em outra perspectiva, mais correta, acho: mais que um templo do saber, ela deve ser uma instituição a serviço da comunidade. E, em termos de serviço, nós tínhamos muito a aprender com os funcionários da Ufrgs. Como aprendíamos dermatologia com o modesto auxiliar da cadeira, um homem chamado Pedro, que jamais sonhou em receber um diploma.

* Médico e escritor

A deterioração do processo legislativo

Renato de Oliveira*

Este jornal divulgou recentemente – em sua edição de número 13 – dois artigos sobre a crise do Poder Legislativo. Os textos eram de autoria de dois deputados federais gaúchos: Miguel Rosseto (PT) e Jarbas Lima (PPB). Para ambos, em função do peso de uma maioria de parlamentares sem opinião, este Poder corre o risco de não mais existir enquanto tal, transformado em balcão onde os interesses do Executivo são negociados com a garantia prévia de que serão aceitos. Tudo é uma questão de preço – se no sentido simbólico ou literal, pouco importa. Incisivo, Jarbas Lima, vendo no comportamento do Executivo a origem dessa crise, acusa a omissão dos partidos políticos que fortalece essa total descaracterização da democracia representativa. Já Miguel Rosseto inquieta-se com a possibilidade de estarmos vivendo num regime que, sob a aparência de democracia representativa, seja na realidade um novo tipo de ditadura.

Se considerarmos que nossa tradição política é uma tradição de permanente exclusão das diferenças, certamente constitui um avanço que deputados ideologicamente antípodas valorizem a necessidade de um espaço onde posições divergentes possam conviver, mantendo o compromisso comum de deliberar sobre o interesse público de forma autônoma. Um avanço e um sinal de que estamos amadurecendo politicamente: dois cidadãos, representativos de muitos outros, reivindicam um lugar onde possam confrontar publicamente seus argumentos, onde possam fazer uso público da razão.

Este lugar não é outro senão o Parlamento, nome cuja origem vem justamente de falar: o Parlamento é o lugar onde se tomam decisões pelo uso da palavra. Ora, a democracia só existe se uma coletividade for capaz de realizar

um esforço constante para exercer uma racionalidade argumentativa, cujo local próprio é o Parlamento, como método para a tomada de decisões válidas para todos, única forma possível de se constituir interesses publicamente – e só interesses constituídos publicamente podem se expressar legitimamente como Lei.

Assim, se uma maioria de deputados, como acontece com os deputados estaduais da base governista do RS, nega-se a falar, ou seja a argumentar, portanto a ouvir, conseqüentemente a deliberar, comparecendo em Plenário apenas para fazer valer a vontade do Executivo – vontade esta que não foi constituída publicamente – os fundamentos mesmo da democracia representativa são liquidados através da deterioração do Poder Legislativo. Ao

aceitarem uma convocação extraordinária para votar projetos que sequer conheciam antes da convocação, contrariando portanto o Regimento Interno do Parlamento, esses deputados desprezaram o pressuposto básico da legitimidade de suas decisões. Esta não repousa no número de votos que cada um

deles “representa”, mas no fato de suas deliberações serem tomadas com base numa argumentação pública, uma vez que um deputado não é senão um delegado da soberania popular, jamais a substituindo. Em suma, eles faltaram com sua atribuição básica.

Denunciar este fato é um dever, e é neste contexto que compreenderemos os recentes episódios ocorridos na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, quando mais de 200 dirigentes e militantes sindicais ocuparam o Plenário,



Marco Aurélio Couto

"A ocupação do Plenário foi a forma extrema encontrada para alertar a opinião pública de que o processo legislativo não pode ser um simples ritual"

impedindo o prosseguimento de uma sessão onde a citada maioria se aprestava a votar um conjunto de propostas do Executivo cujos textos não eram conhecidos poucas horas antes. Uma maiona que sequer permanecia em Plenário, aí comparecendo apenas para “apertar o botão de voto”, como se um deputado fosse pago para isto! A ocupação do Plenário foi a forma extrema encontrada para alertar a opinião pública de que o processo legislativo não pode ser um simples ritual, onde uma maioria “fechada” em prévias negociações de bastidores com o Executivo julga-se acima de qualquer dever para com o uso argumentativo e público da razão, que é a razão de ser do Parlamento. De resto, foi um ato de eficácia simbólica, que certamente não carregava a ilusão de impedir, por si só, que a submissão da maioria incondicionalmente homologadora dos interesses do Executivo se consumasse.

Essa atitude representa, portanto, um sintoma da revolta legítima da cidadania contra a deterioração dos poderes constituídos, promovida justamente por aqueles a quem foi confiada a representação do interesse público. O fato de que os achincalhes do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo não passem mais despercebidos – seja pela ação de associações da sociedade civil que representam, por sua ação mesma, a cidadania organizada, seja pelos apitaços de deputados que não aceitam o tapetão da maioria –, é auspicioso! E talvez seja um sinal de que, apesar de todas as aparências em contrário, bem como de todos os riscos de açulamento dos mandões de sempre, estamos aos poucos avançando rumo à democracia.

* Doutor em Sociologia
Presidente da Associação de Docentes da UFRGS

Babel, a obra inacabada

Vamos! Desçamos e aqui mesmo confundamos sua linguagem de forma que não mais compreendam a linguagem uns dos outros.
Antigo Testamento

Nubia Jacques Hanciau*

Na linguagem do dia-a-dia a expressão "Torre de Babel" tem uma conotação pejorativa, pois designa um lugar onde todos falam sem se entender. Entretanto, nem sempre foi assim. Se para a maioria constitui um signo de confusão ou desordem, o episódio bíblico de Babel – onde muitos foram buscar inspiração – forma um dos acontecimentos narrativos fundadores da história da humanidade. Babel possui uma dupla existência: sua história foi registrada mas continua a ser feita, oferecendo-se aos questionamentos de cada nova geração.

De origem suíça, medievista de grande cultura, Paul Zumthor ensinou em várias universidades da Europa e da América. Mas foi na Universidade de Montreal que desenvolveu o essencial de sua carreira, fundando, nos anos 60, o Departamento de Literatura Comparada, um dos primeiros do Canadá.

Por que Babel ou l'inachèvement é um livro-testamento? Porque Paul Zumthor nele trabalhou até o leito de morte (em 11 de janeiro de 1995), concretizando antigo projeto, iniciado em 1949, muitas vezes abandonado e retomado, até sua "ressurreição" final. Para o autor, o interesse da narrativa sobre a Torre de Babel reside no fato de que, contrário aos mitos antigos ou outros escritos da Gênese (Adão e Eva, Caim e Abel), este não comporta nenhum herói, como os encontrados nos mitos gregos que nos alimentam.

O mito de Babel é uma fábula sobre a nomeação; conhece apenas personagens coletivos e não-identificados. Nele, os homens organizam o projeto de construir uma cidade e uma torre para criar seu nome e, graças a um imenso esforço coletivo, romper com o anonimato para entrar na espessura dos tempos futuros.

Ao ativar as múltiplas interpretações dadas à fábula de Babel ao longo dos séculos – como se fosse um arqueólogo – Zumthor retira-a da banalidade onde se encontrava submersa para desempoeirar o mito e descobrir sedimentos de uma outra era. O primeiro capítulo – consagrado às frequentes relações da arte pictural com o mito de Babel – promove o historiador, o filólogo e o hermeneuta, que volta ao texto primitivo para demonstrar sua atualidade, complexidade e riqueza. Trata-se de uma narrativa breve, que apresenta no entanto "uma enganadora clareza construída em 20 linhas com o mesmo rigor impecável de um texto de Kafka". Menos erudita, mas mais interessante e acessível àqueles pouco inclinados a fazer uma exegese dos textos antigos, a segunda parte do ensaio fala do mundo contemporâneo. Zumthor escreve sobre a importância da História, contra os fechamentos e as hierarquias, sobre a armadilha que apresenta a produtividade como objeto essencial, a demagogia ambiente, a linguagem e sobre a literatura contra a linguagem, ou melhor, contra o uso restrito de palavras e signos. Defende a metáfora, único instrumento para

tentar liberar o segredo contido da linguagem utilitária, legado pela queda de Adão e Eva e da Torre de Babel. Para ele, a narrativa babeliana pode ser igualmente lida como homenagem ao nomadismo: "Depois Iahvé os dispersou de lá pela superfície da terra e eles pararam com a construção da cidade".

No artigo "Babel" da Encyclopédie, Diderot limita-se a relatar a edificação da torre e a confusão consecutiva das línguas conforme a Gênese. No século XIX, lexicógrafos como Littré e, mais recentemente, Paul Robert, atestarão a equivalência das locuções Tour de Babel e Tour de Babylone – esta última tida como envelhecida – para designar um lugar onde todos falam sem se compreender. Durante três anos (1959-1962), Étiemble consagrou seu curso na Sorbonne ao babélien, alcunha com a qual definia o francês. Estava contribuindo assim, com a autoridade que lhe era própria, ao renascimento do antigo mito. Babélien designava, em sua boca e através de sua pena, o resultado de uma mistura anárquica e de uma colonização lingüística. Umberto Eco, em A busca de uma língua perfeita, evoca, em 1994, a Europa depois do desmoronamento da latinidade, como uma "Babel de novas línguas". Ao refletir sobre a escrita e sua fragmentação, Zumthor, também autor de Langue, Texte et Énigme (1975) e de Le Masque et la Lumière (A poética dos grandes retóricos, 1978), acredita que o inachèvement não significa ruptura, mas recusa do fechamento pelo qual tudo acaba, "vem a cabo" –



A Torre de Babel, Valkenborch: Louvre, Paris

conforme a etimologia da palavra – pelo qual tudo submete-se à autoridade do racional em nome de uma filosofia triunfante. Ao completar 80 anos, quando traça suas linhas conclusivas, Paul Zumthor convoca a morte para o ponto culminante do "inacabamento" deste texto póstumo que nega a eternidade. E, com a ajuda de uma imagem forte, "finge" concluir os doze capítulos que formam o livro, dizendo: "a morte, sem dúvida, não será outra coisa senão a última queda dessa faísca que volta agora definitivamente ao lar".

* Professora de Língua e Literaturas de Língua Francesa no Departamento de Letras e Artes da FURG. Mestre em Estudos Francófonos e doutoranda em Literatura Comparada pela UFRGS.

ORELHA



Revista Sem Terra

Nova publicação trimestral da Associação Nacional de Cooperação Agrícola. O seu primeiro número, em homenagem à memória de Paulo freire, destaca uma entrevista com o presidente de honra do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e o trabalho realizado por Sebastião Salgado em seu ensaio *Terra*.

Revista Universidade e Sociedade n°13

Andes Sindicato Nacional

Apresenta como tema central questões sobre trabalho e desemprego no Brasil. A novidade do número 13 é o ensaio fotográfico realizado pela ONG "Imagens da Terra". Ele retrata o cotidiano dos guaranis e seus diversos momentos de luta.

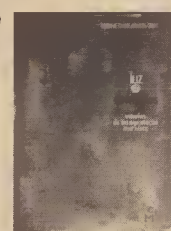


Revista do Cpers-Sindicato

Na edição de junho, aborda a problemática da exploração do trabalho infantil, o escândalo da compra dos deputados no Congresso e faz um balanço da mobilização dos professores na luta pela educação de qualidade. Na entrevista do mês, uma homenagem a Paulo Freire pelas palavras do professor da Ufrgs, Balduino Andreola.

Luz e Sombras: ensaios de interpretação marxista

Uma reunião de textos apresentados e debatidos por pensadores gaúchos e radicados no Centro de Estudos Marxistas (CEM/RS). Autores de diversos campos profissionais abordam temas variados, unificados na utilização do materialismo dialético e histórico como ferramenta de análise da sociedade humana. Editora da Universidade. R\$18,00.



HEMEROTECA

London Review of Books

Volume 19 – número 13
3 de julho de 1997

Why the Tories Lost – Ross McKibbin

The market taketh away – Paul Foot

From by From – Ian Hamilton

Elective Outsiders – Jeremy Harding

It's life but not as we know it – Tim Radford

Was it hayfever? – Henry Gee

A Singular Territory – Fintan O'Toole on the way Hong Kong has to thing of itself

Anything that Burns – John Bayley

Hiverd-Wing – Robert Irwin

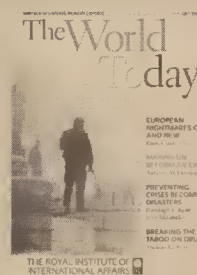
Dangerous Girls – Dale Peck

In the Hands of Any Fool – Walter Gratzer

A Tall Stranger in Hoxton – John Bossy

London Review of Books

How much is the best?
Ian Hamilton: Poet as Poet
To be free, ready and ready
Peter O'Toole: The Chinese of Hong Kong
And how the Chinese of Hong Kong



The World Today

Volume 53 – número 7
julho de 1997

Making Reform an Event – Anthony McDermott

Preventing Crises Becoming Disasters – Randolph C. Kent e John Mackinlay

Breaking the Taboo on Drugs – Michael Keating

Cambodia: return to darkness? – Michael C. Williams

A Victory to Fear or a Source of Hope? – Ben R. Goldsmith

A Helping of Alphabet Soup – Graeme P. Herd

European Nightmares Old and New – Pratick McCarthy

Staying On – The Impossible Scenario – Julian O'Halloran

Books: selling the Kremlin Silver – Alan Smith

Books: Shouting about Africa – Keith Somerville

O Golbery do movimento dos sem-terra

Se dependesse de sua mãe, João Pedro Stédile seria padre. Quis o destino que ele se tornasse um "capa-preta", distinção usualmente empregada aos militantes políticos de tempo integral. Nascido em Lagoa Vermelha, Stédile é filho de imigrantes italianos que se fixaram no Rio Grande do Sul. Formou-se em economia na PUC-RS e fez pós-graduação no México. Trabalhou na Secretaria de Agricultura do estado de 1973 a 1982, e paralelamente atuou na Comissão da Pastoral da Terra, da Igreja Católica. Participou do acampamento de Encruzilhada Natalino, o embrião do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), criado num congresso em 1985. Casado, 44 anos, quatro filhos, Stédile publicou três livros sobre a questão agrária, e é hoje um dos principais articuladores do MST. Em razão disso já foi chamado de "Golbery dos sem-terra", numa referência ao general-ideólogo do regime militar. Em discursos ou entrevistas, Stédile não mede palavras, não faz rodeios, ironiza, solta palavrões e sugere aos "excluídos" vigílias em supermercados e a invasão de escolas abandonadas, terrenos baldios e empresas que estão fechando. Tanta eloquência fez com que a mídia passasse a acompanhar sua agenda. A seguir, os principais trechos da entrevista concedida por Stédile ao Adverso.

Silvanio Mariani

Adverso – Declarações suas sugerindo a invasão de escolas e empresas têm lhe causado várias ameaças de ações na Justiça; a última veio do governador Antônio Britto. Isso não o preocupa?

João Pedro Stédile - Eu nem falei sobre isso em Porto Alegre, foi num congresso de professores em Brasília, mas pelo jeito o chapéu serviu para o Britto. Nas minhas andanças pelo Brasil tenho visto escolas e ginásios agrícolas fechando por falta de recursos. Qual é a solução? É a população se organizar e ocupar essas escolas no sentido de fazê-las voltar a funcionar. Esse tem sido o sentido de ocupar as escolas, não é acampar. Ora, se fazer escolas funcionarem neste país é crime, eu quero ser condenado. Em vez de o governo se envergonhar de as escolas estarem fechando, acusa de criminoso quem denuncia? Mas que país nós estamos? Agora, com o Britto não dá para conversar porque ele é um cidadão desqualificado para governar o Rio Grande. Um sujeito que pega R\$ 253 milhões do dinheiro público e deposita na conta de uma multinacional não tem o direito de dizer que é o governador dos gaúchos.

Adverso – O ministro da Justiça também anunciou que pretende processá-lo por incitação à invasão...

Stédile - Eu acho que essa é uma jogada de marketing do governo que tem dois objetivos. Primeiro, acalmar sua base reacionária e conservadora que vive dirigindo ordem com ameaças de baionetas e tanques. Segundo, querem dar uma lição aos trabalhadores avisando que quem fala a verdade pode ir para a cadeia. Mas nós já estamos vacinados contra esse tipo de blefe político. Aliás, o ministro Íris Rezende não tem moral nenhuma

para me processar, basta lembrar que a primeira declaração que ele deu como ministro foi de que no Brasil, às vezes, o crime é inevitável. Ora, essa declaração também incentiva o crime. Francamente, o ministro da Justiça deveria se preocupar com o banditismo, com o salário da polícia, com a segurança pública. Mas porque o que eu falo assusta tanto os senhores Antônio Britto e Íris Rezende? Por que eles sabem que se os 100 milhões de excluídos deste país começarem a ocupar

terrenos, fábricas e escolas, eles mudam os planos das elites. Como eles têm consciência da gravidade da crise, e como eles têm consciência de que no modelo deles não há solução, qual é a saída? É criar fantasmas para a opinião pública. Uma hora é ameaçar o Stédile, outra é dizer "cuidado com as baionetas e os tanques".

Adverso – Mas essas ameaças não se referem às anunciadas invasões, que têm data e hora marcadas?

Stédile - Veja, se o Incra desapropria uma propriedade e três anos depois não há uma solução por parte do governo ou por parte da Justiça, só quem é cego para não ver que os trabalhadores vão ocupar. É como prever que uma categoria que está ganhando mal vai fazer greve. A ocupação de terra não é um ato criminoso, ela é legítima e legal. Nós temos um parecer do Superior Tribunal de Justiça dizendo que ocupações massivas de terra para fazer reforma agrária é uma forma de pressão política. Então, o que estamos anunciando é uma pressão política.

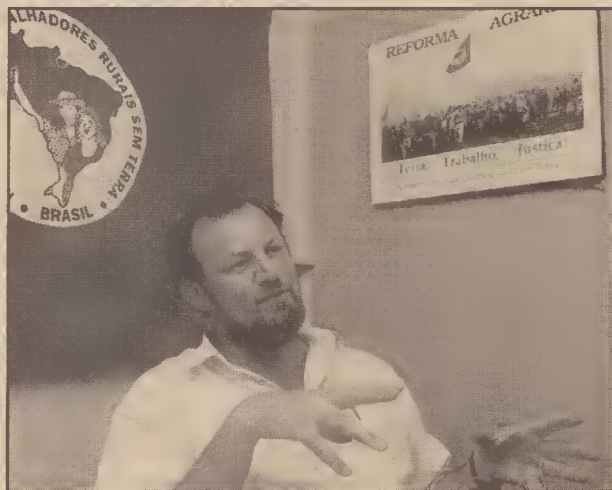
Adverso – Qual é o tratamento dado pelo governo federal ao MST?

Stédile - O governo vem alternando diversas táticas. No início, tentou nos ignorar, depois tentou a cooptação, que não foi eficaz, e a seguir partiu para tática do isolamento. Durante um ano em meio o movimento foi golpeado permanentemente na imprensa. O Jungmann (*Raul Jungmann, ministro de Política Fundiária*) nos chamou até de ban-didos na TV Manchete. Aliás, não há um só canal de televisão, rádio ou jornal de oposição ao governo. Nem na época da ditadura havia um consenso tão grande como esse de agora. Então nós fizemos a Marcha de Brasília e desmoralizamos o gover-

no. Serviu para romper sua tática. Hoje a tática é de pau e prosa, de um lado tenta nos reprimir e de outro mantém um canal permanente de comunicação.

Adverso – Que modelo de reforma agrária e política agrícola o MST propõe para o Brasil?

Stédile - Nós não falamos em modelos porque dá uma noção de algo fechado, e o que nós temos são propostas. Em primeiro lugar, temos que acabar com o latifúndio e construir uma



Stédile: "Só o povo organizado vai mudar o Brasil"

sociedade democrática com propriedades não acima de cinco mil hectares. Acima de cinco mil hectares têm que desapropriar tudo. Temos que ter uma política de segurança alimentar voltada para alimentar o povo. Temos que desenvolver novas tecnologias agrícolas que não dependam dos agroquímicos das indústrias multinacionais, mas que usem o conhecimento da realidade brasileira. Nós temos que instalar em todos os assentamentos pequenas agroindústrias que consigam transformar em produtos o que é produzido e assim abastecer com maior qualidade a população. E por fim temos ainda que levar educação, porque é impossível reforma agrária sem democratizar o acesso ao ensino.

Adverso – O MST está sendo visto como porta-voz das insatisfações populares, e há quem diga que o movimento deve se constituir num partido político. Qual é a sua opinião sobre isso?

Stédile - Isso é uma bobagem muito grande. Nós não somos e não seremos um partido político. Nós somos um movimento social que luta por mudanças na agricultura e na sociedade. Sem dúvida há uma situação de simpatia de toda a sociedade, pesquisas revelam que a grande maioria da população nos apóia. É uma pena que não tenhamos mais militantes e mais dinheiro para poder organizar o povo e modificar as coisas. Mas nós somos um pequeno movimento de camponeses que sonham com a reforma agrária. O problema é que a crise é tão grave, tanto de paradigmas quanto de ideais, que quem está lutando acaba ganhando uma projeção maior do que sua força real. Mas isso é passageiro, não temos ilusões.

Adverso – Qual é a atitude do MST com relação a outros movimentos populares, como sindicatos e organizações de classe?

Stédile – O nosso compromisso é de solidariedade. Assim fizemos com as reivindicações de policiais e professores, levando nossa solidariedade. Não temos a pretensão de ajudar a organizar, cada um tem a sua luta.

Adverso – Têm fundamento as constantes denúncias de militarização do movimento?

Stédile – Isso é uma mentira, nossas únicas

armas são as ferramentas de trabalho. Nós partimos de um princípio que o povo vietnamita desenvolveu, o de que o melhor soldado é um homem consciente. Porque, se um homem está consciente dos seus ideais e dos motivos pelos quais ele luta, ele transforma qualquer ferramenta de trabalho, qualquer objeto, numa arma de defesa dos seus direitos. É isso que nós estamos fazendo. E nunca utilizamos a violência como solução para alguma coisa.

Adverso – Há problemas com indisciplina nos acampamentos?

Stédile - Os problemas de disciplina são normais como em qualquer movimento social. Num condomínio tem problemas, num time de futebol tem problemas. Ora, um acampamento que tem cinco mil pessoas deve ter normas de funcionamento. E elas têm que ser respeitadas senão se transforma num lugar inabitável. É evidente que nossa própria sociedade acampada cria suas normas, todos discutem as leis e as penas, o que é uma falta grave e exige expulsão e o que exige uma simples repreensão.

Adverso – Qual o perfil do candidato à Presidência da República definido pelo movimento dos sem-terra?

Stédile - Nós sempre votamos e vamos continuar a votar no Lula. Não porque temos vocação personalista, mas porque acreditamos que o Lula é a principal liderança popular do país. É ele quem pode aglutinar em torno de si os movimentos populares e apresentar para a sociedade um modelo contra o neoliberalismo.

Adverso – Como a Universidade pode contribuir para a reforma agrária no Brasil?

Stédile - A Universidade tem que se vincular aos problemas do povo, ajudar a discutir os problemas que a sociedade brasileira tem, porque sem isso não há reforma agrária. Não há como fazer reforma agrária sem mudar o modelo de desenvolvimento do Brasil. Ela pode contribuir com pesquisa, com debate, pois a Universidade é a inteligência do povo brasileiro. Deveria estar na frente na luta pela reforma agrária, mas infelizmente está atrás. Está na hora de a Universidade acordar e ajudar a debater os problemas da sociedade.

Adverso – E que transformações a reforma agrária trará para a Universidade?

Stédile - A reforma agrária é uma transformação radical nas estruturas sociais e econômicas da sociedade. E só será dessa forma, porque não há medida administrativa que resolva os problemas do povo. No dia em que

nós pudermos fazê-la de modo massivo, isso criará uma demanda enorme de conhecimento. E aí é que entra a Universidade. Vai se criar emprego para agrônomos, veterinários, médicos, engenheiros, e outros especialistas. Com a reforma agrária, vai se criar, sobretudo, outra mentalidade, a de casar a universidade com o povo. Vai-se criar uma integração para que a Universidade seja mais do que um espaço de reflexão, mas também um espaço resolver os problemas práticos da população.

"Com o Britto não dá para conversar, ele é um cidadão desqualificado para governar o Rio Grande"

"A Universidade é a inteligência do povo, e deveria estar na frente pela reforma agrária, mas infelizmente está atrás"